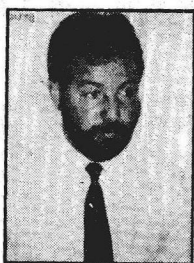


tribuna da

CIDADE

POR PEDRO CELSO



Primeiro secretário da Câmara Legislativa do DF

Lei Orgânica e trabalhadores

O DF foi projetado com base em teorias igualitárias e integradoras. Todo um complexo arquitetônico foi imaginado para compatibilizar a convivência interativa de diversos setores sociais da sociedade brasiliense. Infelizmente, o imaginário arquitetônico só ficou no papel, esqueceram de um componente fundamental na composição de fórmulas de interação social — o fator político —, e, hoje, o DF convive com os mesmos problemas de marginalização social das demais cidades do País.

Os sucessivos governos do DF, notadamente os do período da ditadura militar, foram notórios na implementação de políticas excludentes. Gradativamente os trabalhadores candangos foram sendo expulsos para localidades cada vez mais distantes dos seus locais de trabalho. As cidades-satélites (dormitórios) proliferaram-se e os serviços públicos como saúde, educação, transporte, saneamento básico, etc., devido à lógica de privatizar o que é público, sofreram (sofrem) um processo paulatino de deterioração.

Apesar destas políticas, os trabalhadores do DF souberam pacientemente constituir suas frentes de resistências. Primeiro engajaram-se na luta pelo reestabelecimento do estado de direito e da democracia. Depois, através de seus sindicatos, associações, fóruns, etc., começaram a exigir sua cidadania, a ampliação e manutenção dos serviços públicos e a autonomia política do DF.

Todo esse processo de resistência democrática desemboca agora na Câmara Legislativa do DF, onde os deputados distritais eleitos em 3 de outubro, elaborarão a nossa "Constituição", ou melhor, nossa Lei Orgânica.

O que pode representar a Lei Orgânica para os trabalhadores do DF? Sem dúvida alguma a elaboração de nossa "lei maior" será um dos mais importantes momentos da história de Brasília. Caberá aos trabalhadores, através de suas propostas, capacidade de mobilização e pressão popular inverter a atual lógica de exclusão social que, há 31 anos, os submete a péssimas condições de vida, rouba sua dignidade e cidadania.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, já iniciamos a mobilização para garantir a vitória desta nova concepção do DF. Nossas discussões com os movimentos sociais organizados e com a comunidade em geral têm se pautado no sentido de proporcionar à sociedade brasiliense uma Lei Orgânica que garanta a realização das funções sociais da cidade e da propriedade; promova o bem-estar crescente de toda a população; proporcione um meio ambiente humanizado e equilibrado ecologicamente; incentive a participação popular na gestão pública; crie as condições para o bom desempenho das atividades industriais, comerciais e de serviços; defenda o restabelecimento da dignidade das parcelas marginalizadas e estimule o desenvolvimento urbano de forma equitativa, descentralizando do Plano Piloto a oferta de oportunidade de trabalho e investimentos.

18 JUL 1991